

SAGGIO

**Brasil, COVID-19 e Supremo Tribunal Federal.
Emergência, Governança e Negacionismo.**

LUCIANO NASCIMENTO SILVA

Università del Salento

TIAGO MEDEIROS LEITE

Universidade Federal da Paraíba

Brasile

Abstract

A contingência de natureza sanitária, o surgimento de um *virus* que exige e implica na redefinição de rotinas estabelecidas pelas relações sociais; na construção de modelos de imunização da população por um programa nacional de vacinação; e, a reorganização social nacional, requer funções a serem cumpridas pela política, o direito e à economia à luz de uma emergência. O caso brasileiro se caracteriza por uma cronologia inequívoca de ausência e exigência na coordenação de um plano nacional que se traduza como uma política de ordenação nacional que realize a função de minimizar efeitos, consequências e danos de uma previsível expansão da COVID-19. O Governo Federal, desde o início (Março/2020), organizou um discurso negacionista à luz da emergência sanitária, a narrativa de negação da gravidade da pandemia do coronavírus. Os Estados da Federação, através dos seus Governadores, provocaram o Supremo Tribunal Federal para requerer o reconhecimento da competência concorrente para a elaboração de políticas sanitárias de contenção do *virus*. A Corte Suprema passou a protagonizar o cenário entre Governo Federal e Governos Estaduais no embate discursivo sobre as competências jurídicas dos entes responsáveis para a formulação, organização e execução de planos sanitários de imunização da população brasileira. O cenário resultante é de um desastre político, social e econômico protagonizado pelo Governo Federal com seu negacionismo e os casos de escândalos de corrupção na estratégica e tardia compra de vacinas. Os Governos dos Estados e o Supremo Tribunal Federal procuram inventar soluções jurídicas de estrutura constitucional que possam minimizar o desastre, por um lado. Soluções que proporcionem a reconstrução política, social e econômica, por outro. O caso brasileiro é a tradução de uma tragédia civilizatória.

Palabras clave

Covid-19; Emergência; Governança; Negacionismo

English version

The sanitary contingency, the emergence of a virus that requires and implies the redefinition of routines established by social relations; in the construction of population immunization models by a national vaccination program; and, national social reorganization requires functions to be fulfilled by politics, law and the economy in light of an emergency. The Brazilian case is characterized by an unequivocal chronology of absence and demand in coordinating a national plan that translates into a national ordinance policy that performs the function of minimizing effects, consequences and damages of a predictable expansion of COVID-19. The Federal Government, from the beginning (March/2020), organized a denial discourse in the light of the health emergency, the narrative denying the seriousness of the coronavirus pandemic. The States of the Federation, through their Governors, provoked the Federal Supreme Court to request the recognition of concurrent

competence for the elaboration of sanitary policies to contain the virus. The Supreme Court became the protagonist in the scenario between the Federal Government and State Governments in the discursive clash on the legal powers of the entities responsible for the formulation, organization and execution of sanitary plans for immunization of the Brazilian population. The resulting scenario is a political, social and economic disaster led by the Federal Government with its denial and cases of corruption scandals in the strategic and late purchase of vaccines. The State Governments and the Federal Supreme Court seek to invent legal solutions with a constitutional structure that can minimize the disaster, on the one hand. Solutions that provide political, social and economic reconstruction, on the other. The Brazilian case is the translation of a civilizing tragedy.

Keywords

Covid-19; Emergency; Governance; Negationism

Diante da Porta da Lei há um guardião. Ante este guardião apresenta-se um camponês, que quer entrar na Lei. Porém, o guardião lhe diz que agora não pode permitir seu ingresso. O homem reflete e logo pergunta se então poderá entrar mais tarde. É possível, diz o guardião, “porém, não agora”.

(...). É o início do famoso conto de Kafka. Escrito três ou quatro anos antes, o conto foi publicado em 1920. Um ano a partir do qual na Europa se discutiria extensamente sobre a questão: quem

seria (ou deveria ser) o *guardião da Constituição*.

A questão atravessa o pensamento constitucional do século passado. Muitos países recolhem em seus ordenamentos as ideias que estavam na base das argumentações e das propostas de Kelsen, desenvolve-se em uma, antes de tudo, moderna doutrina do Estado, identifica-se a

guarda da Constituição, esquece-se de Kafka.

O que torna o relato um problema de literatura. Não obstante fica, de todo modo, aberto um curioso aspecto daquele relato: o que é que cega, que coisa está atrás da porta da Lei e não

pode ser vista? Em substância: quem defende o defensor? E quem guarda o guardião? (De Giorgi, 2015)

Considerações iniciais

Política, Direito e Economia são mundos do mundo denominado Sociedade. E o acoplamento é o Estado (por uma perspectiva teórica observacional), com o qual a funcionalidade conduz o processo de operacionalidade social. No início do ano de 2020, elas, que são incontáveis: as contingências, apareceram, como complexidade sanitária na forma de um vírus – COVID 19. A ideia de normalidade existente no mundo (Sociedade) e nos mundos (Política, Direito e Economia) foi sumariamente submetida a transformação. A inegável realidade sanitária de infecção e contaminação das pessoas pelo Coronavírus ocasionou a ruptura com a rotina nas relações sociais. A exigência e necessidade passou a ser identificada em modelos de programas de imunização da população por via de uma política de vacinação.

Os mundos Política, Direito e Economia passaram a observar o estado extraordinário na forma de emergência. O caso brasileiro pode e deve ser observado por uma metodologia cronológica de negação da chegada de uma outra e diferente realidade por parte do Governo Federal e, conseqüentemente, a sua função de Governança. Assistiu-se ao surgimento de uma teoria discursiva negacionista da estética real de contingência e emergência sanitárias, a negação do estado de gravidade pandêmica da COVID-19. Passou-se a observar um embate de natureza jurídica por uma produção argumentativa política, econômica e da saúde entre o Governo federal e os Estados da Federação.

Os Governadores, ao observarem a estratégia do Governo Federal (a economia como prioridade e a saúde como secundária) da construção de uma narrativa negacionista da gravidade sanitária, provocaram o Supremo Tribunal Federal no sentido de obterem um provimento jurisdicional que afirmasse a competência constitucional dos Estados da Federal para formulações de planos de imunização das respectivas populações. A Corte Suprema decidiu pela ideia constitucional da competência concorrente. Os Estados passaram a uma Governança da saúde pública pela elaboração de políticas sanitárias de contenção do vírus. Por um lado, os Governos dos Estados da Federal passaram ao controle das suas respectivas realidades e à luz de acordos internacionais, por via de consórcio, com os países que haviam avançado na elaboração de uma vacina. Por outro, a Corte Suprema passa a ser protagonista (e aqui outra forma de acoplamento) na concorrência entre Governo Federal e Governos Estaduais, por uma organização sistêmica (caótica) da estrutura jurídica decisional de formulação e execução dos modelos sanitários de imunização das pessoas.

O resultado dessa ‘Ópera Bufa’ ou ‘Pastelão’ é tragicômico, uma tragédia política, econômica e social. E um drama na saúde pública, dezenas de milhões de infectados e centenas de milhares de mortes. O negacionismo estratégico de uma crise sanitária e a abertura de oportunidades para planos de corrupção na compra e aquisição de vacinas que salvam vidas. A Corte Suprema passa a um exercício jurídico permanente de produção de invenções constitucionais que legitimem as ações sanitárias dos Governos dos Estados da Federal que possam minimizar a tragédia e o drama civilizatórios.

O governo Bolsonaro e a chegada da pandemia no Brasil

A eleição de Jair Bolsonaro para a presidência da República do Brasil, em outubro/novembro de 2018, não é consequência de movimentação política isolada daquele ano, mas o desembocar de uma série de acontecimentos desenvolvidos no sistema social brasileiro, especificamente por atores presentes nos sistemas político, econômico, jurídico, dentre outros. Antes de ser eleito Presidente do Brasil, Bolsonaro foi Deputado Federal por 27 anos, sem nenhuma participação importante na política nacional, exceto nas articulações políticas no Estado do Rio de Janeiro, que garantiram quase três décadas como parlamentar. Além de Bolsonaro, outros

três filhos também seguiram o caminho do pai, Flávio Bolsonaro, que antes das eleições de 2018 ocupava o cargo de Deputado Estadual no Estado do Rio de Janeiro e em 2018 foi eleito ao Senado por este mesmo Estado, Eduardo Bolsonaro, que em 2014 foi eleito Deputado Federal por São Paulo e reeleito ao mesmo cargo em 2018 e Carlos Bolsonaro, que hoje ocupa pelo quinta vez o cargo de Vereador na Câmara Municipal do Rio de Janeiro.

Apesar de pouca expressão na política nacional, a família Bolsonaro sempre ocupou partidos de extrema-direita, conservadores, alinhando-se à pauta de ordem religiosa, contra grupos minoritários e a favor de movimentos policiaiscos. Como capitão reformado do Exército brasileiro, Bolsonaro sempre foi aliado da defesa de governos militares, inclusive exaltando golpes militares, como o Golpe Militar de 1964 no Brasil, e a intensa participação de miliares na política. Tal prática aproximou a família Bolsonaro de membros de grupos de milícia no Estado do Rio de Janeiro, por meio de homenagens públicas (Albuquerque, 2020) e nomeação de cargos públicos nos gabinetes parlamentares. As milícias no Rio de Janeiro constituem organizações criminosas, geralmente coordenadas por membros ou ex-membros de polícias, que com o argumento de combater as facções criminosas (organizações criminosas que comandam o tráfico de drogas) promovem execuções sumárias, controle de acesso, venda de mercadorias ou imóveis em comunidades ou regiões, sobretudo para o controle política nos pleitos eleitorais.

Com a crise política iniciada em 2013 durante o governo Dilma Rousseff e o agravamento das críticas e ações judiciais contra membros do Partido dos Trabalhadores (PT), que resultou no *impeachment* da Presidente Rousseff, em 2016, Bolsonaro começou a ganhar espaço com o discurso de combate à corrupção, combate ao comunismo, exaltação aos torturadores da Ditadura militar no Brasil, em defesa da pátria e da família. Utilizando linguagem violenta e uma rede de contas sociais, muitas vezes falsas, Bolsonaro ocupou espaço da internet, não poupando críticas às organizações sociais, aos direitos de minorias, principalmente feministas, LGBTQIA+ e ambientais, dominando as polêmicas virtuais e angariando seguidores e apoiadores, principalmente entre as igrejas pentecostais e policiais.

Neste contexto, a campanha presidencial se inicia com casos de intolerância e violência envolvendo eleitores do bolsonarismo. Já no início do mês de setembro, dia 6, durante atividade pública eleitoral na cidade de Juiz de Fora, Minas Gerais, Bolsonaro sofre ataque, ocasionando lesão corporal, mediante utilização de faca, na região do abdômen, que tencionou ainda mais os ânimos entre os eleitores. O fato em si possibilitou o afastamento do então candidato Bolsonaro dos debates entre os presidenciáveis, por motivos de saúde. A participação dele nos debates anteriores não foi positiva, causando desgastes em sua campanha eleitoral. A tentativa de homicídio foi o argumento necessário para não mais participar dos futuros debates, com o fim de evitar desgastes políticos eleitorais e manter os índices estatísticos das pesquisas. Cerca de um mês depois desse fato, horas após o encerramento do pleito eleitoral de primeiro turno, outro fato violento marcou as manchetes da imprensa. O capoeirista baiano, Moa do Katendê, de 63 anos, foi assassinado, por meio de golpes de faca, por discordar de posições políticas de um eleitor bolsonarista.

O caso trouxe mais tensão entre os grupos bolsonaristas e petistas, que agora iriam disputar o segundo turno das eleições presidenciais. Durante a campanha eleitoral do segundo turno, movimentos sociais, feministas, LGBTQIA+ organizaram passeatas contrárias ao voto na chapa encabeçada por Bolsonaro. Outros fatos chamaram a atenção durante a campanha eleitoral, como a presença de policiais, por meio de ordens judiciais, em universidades públicas, durante a realização de eventos acadêmicos. A presença militar trouxe a memória do período de repressão política da Ditadura Militar, quando as universidades brasileiras eram ocupadas por forças policiais ou do Exército. Em 28 de outubro de 2018, a candidatura formada por dois oficiais do Exército brasileiro, Jair Bolsonaro e o vice Hamilton Mourão, foi eleita, com cerca de 55% dos votos válidos.

Já na posse presidencial, em 01 de janeiro de 2019, o recém-governo Bolsonaro já demonstrou como seria. Após o ato de cerimônia de posse, vários jornalistas noticiaram a pressão e o tratamento que receberam durante o evento. Espera exaustiva, ausência de alimentação, proibição de movimentos bruscos, como o simples fato de levantar uma câmera fotográfica sob o risco de algum jornalista ser abatido por um atirador de elite, acesso limitado aos banheiros e ao

consumo de água, dentre outras situações que demonstraram o trato que o novo governo despenderia ao jornalismo e a imprensa brasileira. Alguns jornalistas denominaram o dia da posse como um dia de cão (Bergamo, 2019).

Nos primeiros meses do governo Bolsonaro foram modificados ministérios tradicionalmente importantes nos governos anteriores, como a extinção do Ministério do Trabalho, que passou a incorporar uma pasta junto ao Ministério da Economia. Durante o ano de 2019 a proposta de reforma trabalhista e previdenciária foi aprovada, reduzindo históricos direitos sociais já consolidados no Estado brasileiro e aumentando os anos de trabalho e contribuição para a previdência pública em vista de uma aposentadoria. Em torno da economia, 12% da população estavam desempregados em 2019, enquanto o ministro da economia apresentava propostas liberais de privatizações e enxugamento dos gastos públicos. Ao mesmo tempo, a pauta governista pregava o fortalecimento de investimentos públicos na área de segurança e nas Forças Armadas, ao tempo também que cortava recursos destinados à educação pública, sobretudo, às universidades públicas e à pesquisa científica. Na área ambiental, o ano de 2019 trouxe os piores índices de preservação, com queimadas e desmatamentos que receberam críticas e a atenção internacional.

Durante meses as manchetes noticiaram o aumento de queimadas na região amazônica, juntamente com a omissão de informações sobre dados concretos da situação do desmatamento. Ao mesmo tempo, o governo fortalecia a pauta do agronegócio brasileiro, maior causador de desmatamento no país, inclusive com a publicação e decretos que permitiram a possibilidade de venda e compra de armadas de fogo. Na área social, o governo Bolsonaro não apresentou medidas que buscasse tirar cerca de um milhão de famílias da faixa da pobreza extrema. Pelo contrário, cortou gastos públicos com o setor, reduzindo o acesso dos mais pobres à assistência social e aos centros de atenção psicossocial.

O Presidente Bolsonaro adotou como metodologia de divulgação de atividades de governo e opinião particulares sobre diversos temas as redes sociais e as conversas na porta do Palácio do Planalto, sede do Governo Federal brasileiro. Tornou-se rotina os ataques constantes à imprensa, aos opositores e a defesa de temas costumeiramente incluídos em sua pauta. Depois de um ano de governo, os poderes da República brasileira já demonstravam respostas aos constantes ataques

do Presidente do Executivo. O parlamento nacional já havia rejeitado ou modificado alguns projetos de autoria da base governista, como também, havia derrubado vários vetos presidenciais. O Supremo Tribunal Federal sofreu e sofre ataques constantes da base bolsonarista e do próprio Bolsonaro, respondendo com decisões de ministros ou respostas em órgãos de imprensa. Neste contexto nada harmonioso entre os poderes da República no Brasil, de atos intolerantes, crise econômica e crise política, o mundo observa o desenvolvimento dos casos e vítimas do Covid-19, com a declaração de Pandemia pela Organização Mundial da Saúde e da confirmação dos primeiros casos e vítimas no Brasil em março de 2020.

Crise de saúde pública e mortes da pandemia

Os primeiros casos de Covid-19 foram notificados no Brasil em março de 2020, apesar de serem constatadas, posteriormente, as primeiras mortes em fevereiro do mesmo ano. Os números de mortos pelo vírus cresceram progressivamente. Em 30 de março de 2020 o país registrou o total de 201 mortes. No dia 30 abril o registro acusou 5.901 vítimas mortas. Em 31 de maio foram 29.314 e em 30 de junho 59.524 pessoas foram vítimas fatais. No dia 08 de agosto o país chegou aos 100.759 óbitos, portanto, seis meses após o registro da primeira morte. Cinco meses depois, em 07 de janeiro de 2021, já seriam 200.498 pessoas mortas. Em menos de três meses mais 100 mil vítimas, chegando em 24 de março a 300.675 vítimas mortas. Em menos de um mês, o Brasil alcança os 401.186 mortes, em 29 de abril de 2021. Em 17 de agosto de 2021, o país registrou o total de 570.598 brasileiros mortos pela Covid-19¹. Segundo dados do Center for Systems Science and Engineering da Johns Hopkins University², o Brasil é o segundo país em números gerais de vítimas fatais provenientes da Covid-19 em 20 de agosto de 2021, com o total de 573.511 mortes, perdendo somente para os Estados Unidos, que totalizaram na mesma data 626.292 vítimas.

O crescimento dos números de mortes por Covid-19 no Brasil assustou toda a população. A memória das imagens das inúmeras mortes transmitidas diariamente

¹ Os dados podem ser observados em: <<https://covid.saude.gov.br/>>. Acessado em: 20 ago 2021.

² Dados disponíveis em: <<https://gisanddata.maps.arcgis.com/apps/dashboards/bda7594740fd40299423467b48e9ecf6>>. Acessado em: 20 ago 2021.

pelos canais de imprensa em todo mundo, sobretudo, na Itália, causaram pânico e temor. A ausência de uma vacina ou de medicamentos eficazes contra as consequências do vírus atingiu um país que já estava debilitado economicamente e com profundos problemas de ordem política. A necessidade de parar e garantir uma efetiva quarentena que diminuísse a transmissão do vírus, evitando, assim, o colapso da rede hospitalar, pública e privada, enfrentava a necessidade de uma população com desemprego na casa dos 13% e cerca de 52 milhões de pessoas na pobreza. O paradoxo de ter que sair de casa para trabalhar e ao mesmo tempo ter que ficar em casa para não morrer determinou a pauta política nos primeiros meses da Pandemia e a exposição dos principais problemas do Governo Bolsonaro.

Enquanto o Brasil registrava 46 mortes e o crescimento descontrolado dos casos de infecção por Covid-19, no dia 24 de março de 2020, em discurso oficial em todas as redes de tv abertas do país, o Presidente Bolsonaro proferiu discurso que negou o perigo da Covid-19, denominando a mesma de gripezinha e questionou a necessidade de quarentena determinada pelos Estados e Municípios³. Para ele, pessoas jovens e com físico de atleta não deveriam temer as consequências do vírus. Tudo isso, nove dias depois da Organização Mundial da Saúde declarar a Pandemia de Covid-19 e orientar o distanciamento social, uso de máscara e testagem em massa.

Nesse momento, o conflito de orientações entre o Presidente Bolsonaro e o Ministério da Saúde de seu governo era evidente. O Ministério seguia as orientações da OMS, defendendo distanciamento social, o controle por Estados e Municípios de regras que evitassem aglomerações e obrigasse o uso de máscaras. Por outro lado, o Presidente e parte de sua base bolsonarista defendia a posição oposta, criticando os decretos estaduais e municipais que determinavam quarentenas, como também, as orientações da OMS. Por causa desses conflitos, em 16 de abril Bolsonaro exonerou o Ministro da Saúde, Henrique Mandetta, e dias depois nomeou outro médico, Nelson Teich, que ficou somente 28 dias e anunciou sua saída do Ministério, pelos mesmos motivos de seu antecessor.

³ Discurso do Presidente Bolsonaro disponível na conta oficial em: <https://www.youtube.com/watch?v=Vl_DYb-XaAE>. Acessado em: 20 ago 2021.

Bolsonaro nomeou, em maio, o General do Exército brasileiro Eduardo Pazuello para o cargo de Ministro da Saúde. Pazuello não possuía formação nem experiência na área da saúde, tendo currículo nas Forças Armadas em logística. Ficou na pasta até março de 2021 e acumulou os piores momentos da crise pandêmica no país. Pazuello representou a opção do governo brasileiro na participação de militares em cargos civis e na proximidade do Presidente com o alto escalão das Forças Armadas nas decisões políticas do país. Em 2021 o governo federal chegou a ter seis mil militares (Lis, 2020) em cargos civis, a maior participação em governos civis após a Ditadura Militar brasileira (1964-1985).

Nesse contexto, a crise de saúde pública já era um fato concreto e caminhava de forma descontrolada. Ainda no início do que seria a maior crise recente de saúde no Brasil, o Supremo Tribunal Federal decidiu sobre a possibilidade de Estados e Municípios legislar ou decretarem *lockdown* e normas sobre saúde pública em suas jurisdições. A posição da Corte Suprema brasileira foi necessária como contraponto aos discursos políticos e as cobranças do governo federal contrárias a essas práticas, que não seguiam as orientações dos órgãos internacionais de saúde. Em junho de 2020, o Ministério da Saúde publicou protocolos que orientavam a utilização de remédios sem comprovação científica em pessoas com Covid-19⁴, como a cloroquina ou da hidroxicloroquina.

A defesa do uso de medicamentos sem comprovação científica foi pauta permanente do governo bolsonarista durante o ano de 2020 e parte do primeiro semestre de 2021. Tanto que, quando os casos de internação por Covid-19 explodiram na cidade de Manaus, Amazonas, em janeiro de 2021, gerando um colapso na rede hospitalar, sem vagas para atendimento nem UTI e falta de oxigênio, que ocasionou mortes de pacientes internados, a omissão do Ministério da Saúde em agir para resolver só não foi total, pois este órgão orientou e enviou remédio sem comprovação científica. Ao invés de buscar resolver a urgência de ausência de oxigênio e vagas nas UTIs, o Ministério da Saúde insistiu no uso de métodos sem eficácia.

⁴ Orientação disponível em: <<https://www.gov.br/saude/pt-br/assuntos/noticias/ministerio-da-saude-amplia-orientacoes-para-uso-da-cloroquina-2>>. Acessado em: 20 ago 2021.

A total ausência de um plano coordenado de prevenção e controle de casos de Covid-19 pelo atual governo brasileiro é a principal causa da imensa quantidade de pessoas mortas e da transmissão do vírus no país. A formação de uma base política que rejeita o equilíbrio republicano e a atuação das instituições públicas, combinada com uma formação ideológica fundamentada em mentiras, propagação de *fake News* e negação de posições científicas, afasta a possibilidade de projeto coordenado que busque controlar a atual crise sanitária.

Negacionismo científico, corrupção e conflito entre poderes

A ascensão do movimento bolsonarista no Brasil possui por base a negação de posições científicas e a problematização de assuntos sem grau de cientificidade. O trabalho desempenhado em discursos violentos, palestras, vídeos e redes de aplicativos de internet ocupa o espaço desses instrumentos não permitindo outros debates por outros grupos, partidos ou movimentos opostos. Para ocupar o espaço vale tudo: defender que o planeta Terra é plano, que a educação doutrina e destrói as famílias, que a homossexualidade é uma doença, que as posições políticas por direitos são posições comunistas, que o nazismo é comunismo e etc. Negar o diferente, o científico, o novo. Sem dúvida, a propagação do vírus Covid-19 também foi negado pela rede bolsonarista, que a partir das posições do Presidente Bolsonaro, negou a gravidade das consequências da Pandemia, negou a necessidade de investimento em pesquisas científicas, negou um projeto de prevenção com distanciamento social e investimento público na economia, buscando atender os mais necessitados, como também negou, principalmente, a necessidade urgente de vacinação para controle do vírus.

Antes mesmo da Pandemia do Covid-19, já eram públicas as posições de correntes religiosas, base do bolsonarismo, que apresentavam o negacionismo sobre o uso de vacinas, sobretudo para crianças. Essas pessoas entendiam que várias vacinas promoviam doenças e não havia comprovação de sua eficácia. A negação pelo uso de vacinas durante a Pandemia não foi diferente. Tanto que em junho de 2021, após um ano de crise sanitária e um total de quase 500 mil mortes por Covid-19 no Brasil, Bolsonaro afirmou que o denominado contágio por rebanho, a contaminação natural da população seria mais eficaz para a imunização que a vacinação (Matoso e Gomes, 2021). Em outras palavras, quanto mais pessoas

fossem expostas ao vírus, mais rapidamente a população ficaria imune. Em dezembro de 2021, quando o mundo já tinha vacina contra o Covid-19, Bolsonaro afirmou que não tomaria a vacina (Fagundes, 2020), pois já estava imunizado quando teve a doença no mesmo ano. Em janeiro de 2021, Bolsonaro ainda afirmou que metade da população brasileira não queria tomar a vacina (Teófilo, 2021), afirmação não constatada com o desenvolver da vacinação, onde cerca de 60% da população total do país já tinha buscado a primeira dose em agosto de 2021. Diferentemente de 1905, quando houve uma revolta no Brasil contra a obrigatoriedade da vacina contra a varíola, e de 1908, quando a Gripe Espanhola atacava as Américas e negavam-se o perigo do vírus, como também, a necessidade de vacinação (Schwarcz e Starling, 2020), em 2021 a população brasileira estar a demonstrar que as orientações científicas constituem o melhor caminho a seguir, mesmo agindo e pensando o Presidente da República o contrário e seu grupo de seguidores.

O uso de máscara também é um dos pontos de resistência de Bolsonaro e dos bolsonaristas. Nos eventos oficiais da Presidência da República e em outros eventos públicos, com aglomeração de apoiadores, Bolsonaro pouco usou máscaras, apesar de existir normas que determinam o uso por Estados e Municípios em todo o país. Em 25 de janeiro de 2021, quando em um só dia morreram 1541 brasileiros por consequências da Covid-19, Bolsonaro voltou a criticar a necessidade de máscaras (Krüger, 2021), insinuando que o uso dessa proteção causaria problemas, diferentemente do que orienta a Organização Mundial da Saúde. As condutas desenvolvidas por Bolsonaro e seus seguidores bolsonaristas são parte de um projeto necropolítico, a partir da negação das orientações científicas não somente sobre as consequências da Pandemia de 2020, mas também, das concepções teóricas sobre democracia e Estado Constitucional de Direito.

A decisão tomada pelo Supremo Tribunal Federal, em abril de 2020, ao reconhecer a autonomia dos Estados e Município do Brasil sobre decretação e legislação de normas de isolamento social contrariou os interesses do Presidente Bolsonaro e seus adeptos. Desde o início de seu governo que manifestações públicas de seus apoiadores, algumas com a participação do próprio Presidente, já defendiam o fechamento da suprema corte brasileira e da intervenção das Forças

Armadas no cumprimento dessas propostas. As permanentes provocações do Executivo Federal a mais alta corte do Judiciário brasileiro, levou a instauração de investigação, pelo Supremo Tribunal Federal, de uma possível rede formada para atacar virtualmente os ministros e planejar atos públicos pelo fechamento dos poderes da República, em perfeito confronto com o Estado Constitucional de Direito. Dessa investigação e da publicação de ameaças violentas aos Poderes, especialmente ao STF, buscas e apreensões, e também, prisões de deputados federais e ex-deputados federais já aconteceram, tencionando ainda mais a crise política instalada.

Com os avanços dos testes sobre vacinas em todo mundo e a mobilização logística que os países, juntamente com a Organização Mundial da Saúde, desenvolviam, o governo brasileiro caminhava em sentido oposto, dificultando um projeto de logística para a compra e vacinação de sua população. Diante da omissão de um plano nacional de imunização, o STF, após provocação da Ordem dos Advogados do Brasil, decidiu sobre a possibilidade de Estados e Municípios realizarem a compra e planejar a vacinação de suas populações (Resende, 2021). O atraso nas decisões sobre a compra e o plano de vacinação nacional gerou a instalação, em 27 de abril de 2021, de uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) no Senado Federal para investigar possíveis fraudes e crimes durante o período. A constante queda de popularidade do Presidente Bolsonaro e as decisões que anularam as sentenças contra o ex-presidente Lula, tornando-o apto a concorrer às eleições presidenciais de 2022, aceleraram a compra da vacinação e a aplicação num ritmo maior.

Com o Brasil mergulhado numa das maiores crises sanitárias de sua história e no agravamento de uma crise econômica que iniciou antes da Pandemia e perpetuou em 2021, com dados de 14,7% da população sem emprego, a crise política provocada por Bolsonaro e seus seguidores seria intensificada com a campanha por deslegitimar os procedimentos eleitorais que o mesmo foi eleito em 2018. Percebendo sua popularidade em baixa, com pesquisas apontando rejeição em 60% (Jiménez, 2021), Bolsonaro começa a realizar ataques à segurança das urnas eletrônicas, que desde 1996 são utilizadas pelo Tribunal Superior Eleitoral em todos os pleitos eleitorais. O procedimento brasileiro de eleições por urnas

eletrônicas é dos mais rápidos, seguros e práticos existentes, garantindo rapidez na votação e na apuração dos resultados. A crítica bolsonarista defendia a utilização de voto impresso, como utilizado em tempos passados, dificultando os procedimentos de apuração e a segurança de todo pleito. Em sessão realizada em 10 de agosto de 2021, a Câmara dos Deputados rejeitou proposta de emenda à Constituição sobre voto impresso apresentado pela base bolsonarista no parlamento nacional, encerrando por enquanto esse debate.

A atual crise brasileira (sanitária, econômica e política) traz à tona os problemas existentes sobre emergência e governança, a partir de uma pauta política negacionista das observações científicas e das relações políticas existentes numa democracia e num Estado Constitucional de Direito. A sociedade brasileira possui o dever de produzir instrumentos que fortaleçam e promovam a estabilidade política e econômica em busca de superar os desafios impostos, seja no campo das ideias ou no campo sanitário de Pandemia instalada. O futuro do sistema social brasileiro é abstrato e inconstante, pela natureza do futuro. O risco de piores consequências do momento que virá depende das decisões tomadas no presente. A sociedade brasileira deverá, por meio de sua memória, recordar as decisões que tomou até o presente momento e decidir por instrumentos estáveis ou perturbadores de seu sistema social.

Considerações finais

A realidade pandêmica brasileira da COVID-19 tem uma expressão que constrói sentido, significado e biografia: ‘a ausência de governança’. Entretanto, no sentido não apenas da incompetência de uma gestão pública da saúde, mas, fundamentalmente, na observação de um inegável significado de uma estratégia negacionista de uma crise sanitária com objetivos fins. A ideia de negação do paradigma humanista que caracteriza a teoria discursiva da modernidade e criação de oportunidades de *business* em uma realidade na qual a ‘vida humana’ passa a objeto de produção de riqueza ilícita. No caso brasileiro (os mundos Política, Direito e Economia), do mundo (Sociedade), a biografia é dual: trágica e dramática.

A chegada da pandemia da COVID-19 na realidade brasileira fez surgir a expectativa de que o Governo Federal (do presidente Bolsonaro) elaboraria, através do Ministério da Saúde, um plano nacional de políticas públicas de saúde que

procurasse efetivas uma imunização da população brasileira. Assistiu-se, desde o primeiro momento, portanto, a efetivação discursiva e de ação da economia como prioridade e à saúde pública como política secundária de Estado. O Brasil que tem um Sistema Único de Saúde pública e uma tradição em políticas eficaz de vacinação, reconhecidos internacionalmente, assistiu o Governo Federal secundarizar a função do Sistema Único de Saúde e o surgimento de teorias discursivas da legitimidade do Sistema Privado de saúde implementar um processo de imunização por via da compra de vacinas no exterior e sua venda no cenário nacional.

A realidade brasileira não se restringe à estética linguística da negação científica (formulação ideológica). Nem tampouco, somente ao conflito entre poderes políticos e o judiciário. Mas sim expandida a uma realidade inegável de uma estratégia de construção de negócios, por via da corrupção entre agentes públicos e personagens privados do empreendedorismo ilícito quanto à compra de vacinas. O plano estratégico foi de natureza de *business* ilícito para só assim a população observar e sentir a expectativa de uma política pública de imunização da COVID-19.

O que acontece no Brasil não é apenas o negacionismo científico, a corrupção sistêmica entre público e privado e o conflito entre os poderes da República. O estado da crise sanitária com o absurdo número de pessoas infectadas e mortas é o cenário de negação civilizatória à luz da inequívoca falsidade dual entre Política e Economia, na qual o preço histórico passa a ser pago pelo Social.

Referências bibliográficas

- Albuquerque A. L. (2020). Bolsonaro diz que miliciano morto era um herói quando foi homenageado por Flávio. *Folha de São Paulo*, 15/02/2020, acessado em 17/08/2021 (<https://www1.folha.uol.com.br/poder/2020/02/bolsonaro-diz-que-miliciano-morto-era-um-heroi-quando-foi-homenageado-por-flavio.shtml>).
- Bergamo M. (2019). Um dia de cão: Jornalistas conseguem rir das precárias condições da cobertura da posse de Bolsonaro. *Folha de São Paulo*, 01/01/2019 acessado em 19/08/2021 (<https://www1.folha.uol.com.br/colunas/monicabergamo/2019/01/um-dia-de-cao.shtml>).

- De Giorgi R. (2015). O Desafio do Juiz Constitucional. *Campo Jurídico – Revista de Direito Agroambiental e Teoria do Direito*, 3:2, pp. 107-120.
- Fagundes M. (2020). Bolsonaro diz que não tomará vacina contra covid-19: “É ponto final”. *Poder360*, 15/12/2020, acessado em 19/08/2021 (<https://www.poder360.com.br/governo/bolsonaro-diz-que-nao-tomara-vacina-contracovid-19-e-ponto-final/>).
- Jiménez C. (2021). Com rejeição de 62%, Bolsonaro perderia para Lula, Mandetta, Ciro, Haddad e Doria no segundo turno. *El País, Brasil, Governo Bolsonaro*, 30/07/2021, acessado em 19/08/2021 (<https://brasil.elpais.com/brasil/2021-07-30/com-rejeicao-de-62-bolsonaro-perderia-para-lula-mandetta-ciro-haddad-e-doria-no-segundo-turno.html>).
- Krüger A. (2021). Em dia de recorde de mortes, Bolsonaro questiona o uso de máscaras. *Congresso em Foco*, 25/02/2021, acessado em 19/08/2021 (<https://congressoemfoco.uol.com.br/governo/em-dia-de-recorde-de-mortes-bolsonaro-questiona-o-uso-de-mascaras/>).
- Lis L. (2020). Governo Bolsonaro mais que dobra número de militares em cargos civis, aponta TCU. *G1, Política*, 17/07/2020, acessado em 19/08/2021 (<https://g1.globo.com/politica/noticia/2020/07/17/governo-bolsonaro-tem-6157-militares-em-cargos-civis-diz-tcu.ghtml>).
- Matoso F. e Gomes P. H. (2021). Bolsonaro diz que contaminação é mais eficaz que vacina contra Covid; especialistas contestam. *G1, Política*, 17/07/2021, acessado em 19/08/2021 (<https://g1.globo.com/politica/noticia/2021/06/17/bolsonaro-diz-que-contaminacao-e-mais-eficaz-que-vacina-estrategia-pode-levar-a-morte-diz-sanitarista.ghtml>).
- Resende R. (2021). STF autoriza compra e distribuição de vacinas por estados e municípios. *Rádio Senado, Pandemia*, 24/02/2021, acessado em 19/08/2021 (<https://www12.senado.leg.br/radio/1/noticia/2021/02/24/stf-autoriza-compra-e-distribuicao-de-vacinas-por-estados-e-municipios>).
- Schwarcz L. M. e Starling H. M. (2020). *A bailarina da morte: a gripe espanhola no Brasil*, São Paulo: Companhia das Letras.
- Teófilo S. Covid-19: Bolsonaro diz que menos da metade da população vai se vacinar. *Correio Braziliense, Pandemia*, 07/01/2021, acessado em 19/08/2021 (<https://www.correio braziliense.com.br/politica/2021/01/4898848-covid-19-bolsonaro-diz-que-menos-da-metade-da-populacao-vai-se-vacinar.html>).